

Lendas Urbanas: narrativas entre o acontecimento e a estrutura

Prof. Dr. Carlos Renato Lopes (UNIP)

Resumo:

Neste ensaio, refletimos sobre de que modo as lendas urbanas poderiam ser consideradas propriamente como *narrativas*. Buscamos investigar elementos que nos permitam situar tais relatos em uma categoria aparentemente tão genérica e inclusiva, mas ao mesmo tempo dotada de características bastante específicas, conforme o ponto de vista teórico adotado. Num primeiro momento, apresentamos um conjunto de reflexões teóricas sobre a narrativa vindas de diferentes áreas, da história à filosofia, com o objetivo de encontrar aí pontos de intersecção que contribuam diretamente para nossa investigação. Num segundo momento, articulamos a reflexão com teorias de discurso, propondo olhar para as lendas como práticas discursivas localizadas, em permanente movência entre as dimensões da estrutura e do acontecimento.

Palavras-chave: lendas urbanas, narrativa, discurso

Abstract:

This essay aims at reflecting on the ways in which urban legends could be considered to be *narratives*. We investigate elements which allow us to situate such accounts within an apparently generic and inclusive, but at the same time specific category, according to the theoretical stance adopted. In the first part of the essay, we present some theoretical reflections on the question of narrative, as developed in such different areas as history and philosophy, with the aim of finding intersecting points which may contribute directly to our investigation. In the second part, we articulate those reflections with discourse theories, proposing to look at urban legends as situated discursive practices, in permanent movement between the dimensions of the structure and the event.

Key words: urban legends, narrative, discourse

Introdução

As chamadas lendas urbanas são relatos que fazem parte já de um imaginário popular. Gênero de difícil delimitação, lenda urbana poderia ser definida como “um relato anônimo, apresentado sob múltiplas variantes, de forma breve, com conteúdo inusitado, contado como sendo verdadeiro e recente dentro de um contexto social cujos medos e aspirações ele exprime de modo simbólico” (RENARD, 1999/2006, p. 6). Entre os exemplos mais conhecidos no Brasil, poderíamos citar: a história da loira do banheiro, a do roubo de rins na banheira e a contaminação de latinhas de bebida com leptospirose¹. Transmitidos em geral (mas não somente) via Internet, tais relatos possuem a extraordinária capacidade de se reinventarem, sob formas diferentes, ao longo de anos de circulação. Mas de que modo poderíamos considerar tais relatos como *narrativas*, propriamente ditas? Para responder essa questão, propomos aqui um percurso teórico que atravessa áreas distintas, mas que têm em comum uma visão particular desse conceito: narrativa como elaboração da experiência cotidiana pela linguagem.

Narrativa e História

Iniciemos nosso percurso pela via de acesso que as reflexões sobre a escrita da história nos oferecem. De acordo com um senso comum mais ou menos estabelecido, narrativa e historiografia se apresentam como formas muito distintas, quase opostas, de elaborar dados da realidade. À primeira normalmente se associa o elemento da criação ficcional, que constrói, sob a forma de um enredo, um determinado conteúdo da experiência. Da segunda, espera-se um relato factual e objetivo da realidade *tal qual* ela se passou.

Uma reflexão mais aprofundada, porém, irá revelar como tal dicotomia entre o discurso histórico e o discurso narrativo é também ela uma construção, havendo, de fato, entre as duas modalidades uma intersecção. Poder-se-ia mesmo dizer que são

variantes de uma forma mais geral de elaborar os acontecimentos de uma cultura. Trata-se de uma visão que recusa a idéia de objetividade absoluta dos fatos, os quais seriam meramente “reportados” por um historiador. É uma visão que recusa também o elemento puramente “ficcional” dos relatos narrativos, identificando aí também elementos construídos a partir do próprio conhecimento histórico, ou de um arcabouço culturalmente pré-constituído de enredos possíveis.

Segundo White (1978/1994), é possível conferir sentido a um conjunto de acontecimentos de várias formas distintas. Há o que se chama *explicação científica*, pela qual os eventos, tomados como “efeitos de forças mecânicas”, são subordinados às leis causais que teriam regido seu engendramento a fim de produzir uma configuração particular. Mas há também o que se poderia chamar de *explicação narrativa*. Para conferir sentido a um conjunto de acontecimentos aparentemente estranhos ou enigmáticos – e vamos pressupor aí incluídas as lendas urbanas –, recorre-se a categorias culturalmente fornecidas, tais como conceitos metafísicos ou crenças místico-religiosas, no esforço de tornar familiar o não-familiar. Ora, esta segunda modalidade de discurso não é exclusividade do relato ficcional. De fato, ela não é de modo algum alheia ao trabalho do historiador, na medida em que os dados com que trabalha são também eles estranhos, nem que seja pelo próprio fato de estarem distanciados no tempo e/ou no espaço em relação à escrita que deles se faz. Conforme aponta White:

O historiador partilha com seu público *noções gerais* das *formas* que as situações humanas significativas *devem* assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra. No processo de estudar um dado complexo de eventos, ele começa por perceber a *possível* forma de estória que tais eventos *podem* configurar. Em seu relato narrativo do modo como este conjunto de eventos assumiu a forma que percebe ser inerente a esse relato, ele [o historiador] urde o seu relato na forma de uma estória de um tipo particular.” (WHITE, 1978, p. 102-3)

O leitor, por sua vez, experimenta o efeito de reconhecer no relato a forma genérica – mais ou menos estável – que este assume, tendendo a assimilar a estranheza ou



exotismo originais dos fatos reportados ao código de uma narrativa de um *tipo particular*. Assim, os eventos tornam-se familiares não somente por terem se revelado em sua suposta objetividade, mas também, como argumenta White, por terem se harmonizado com uma estrutura de enredo com a qual o leitor familiarizou-se como fazendo parte de sua dotação cultural.

O que White tenta enfatizar aqui é a formação implícita de uma estrutura dentro da qual podem ser *encaixados* os eventos de modo a codificá-los sob a forma de tipos diferentes de narrativa. Tal estrutura, sempre em movência, representa necessariamente uma forma de transgressão das normas de objetividade factual esperada de um relato historiográfico ou de uma explicação científica, uma vez que se confundem os limites entre o histórico como dado objetivo apreensível e o possível do narrado, isto é, a narrativa plausível que se possa tecer ao redor desse objeto. Levando o pressuposto ao limite do seu potencial, White (1978, p. 129) dirá que a estrutura evidencia uma distorção inerente a todo modelo teórico, em qualquer campo factual de que o discurso pretende ser a representação.

Nessa conexão, poder-se-ia convocar o pensamento análogo de de Certeau (1975/1982) sobre o *fazer histórico*. Para o historiador, existe no trabalho de escrita da história uma revolução fundamental, tributária do momento em que a linguagem e a ideologia passam a ser vistas como inescapavelmente imbricadas – momento em que a prática historiográfica afirma, auto-reflexivamente, a produção de sentido em seu próprio modo de atividade, em seus próprios procedimentos e escolhas, isto é, em suas seriações, suas descontinuidades. Trata-se mesmo de uma revolução fundamental, que “transforma a pesquisa de um sentido *desvendado* pela realidade observada, em análise das opções ou das organizações de sentido *implicadas* por operações interpretativas” (DE CERTEAU, 1975/1982, p. 41). Assim sendo, conclui o autor, todo e qualquer “fato histórico” resulta de uma práxis, que já é, ela própria, um signo, a afirmação de um sentido. Por isso, não se pode falar em apreender significados a partir do real, e sim em articulá-los sob um modo de compreensão num “discurso de fatos”.

Avançando um pouco mais essa discussão, sem perder de vista nosso objeto de estudo, poderíamos dizer que todo e qualquer discurso se encaminha em direção a uma estrutura, uma configuração particular da realidade sobre a qual se torna possível fazer perguntas significativas do tipo: o quê, quando, onde e por quê. E isso se dá, antes de mais nada, porque existe uma dimensão metafórica primeira em todo e qualquer uso da linguagem, tornando-o figurativo ainda que se insinue como relato objetivo e imparcial da realidade. Ainda de acordo com White, mesmo no mais simples relato em prosa, ou na representação supostamente não-mediada de um fato, o uso da linguagem, por si só, projeta uma dimensão figurativa profunda (como uma poética), situada à parte dos próprios “fatos”, a qual prepara o leitor, de maneira mais ou menos consciente, para receber “*tanto a descrição dos fatos quanto a sua explicação como sendo plausíveis, de um lado, e mutuamente adequadas, de outro*” (WHITE, 1978: 127). É assim com o discurso histórico, e é assim também com o discurso ficcional, na medida em que ambos, cada um a seu modo específico, elaboram na linguagem as metáforas que elegem como as que irão ordenar e dar sentido ao mundo passado, presente e futuro.

Tal concepção da narrativa nos permite, como nos lembra White, considerar uma estória específica como sendo o reflexo dos eventos “tais como ocorreram” ao mesmo tempo em que ela se inscreve num modelo conceitual, um sistema genérico, com o qual se devem codificar os elementos a partir de uma estrutura reconhecível. No entanto, tal estrutura, que poderíamos chamar de *canonicidade narrativa*, só é mobilizada em função do elemento performático da linguagem, isto é, pelas instâncias enunciativas determinadas nas quais os relatos e as narrativas se materializam. Sempre com a relação entre narrativa e discurso histórico em mente, White afirma:

Um relato narrativo é sempre um relato figurativo, uma alegoria. Desconsiderar esse elemento figurativo na análise da narrativa é ignorar não apenas seu aspecto alegórico, mas também a performance na linguagem por meio da qual uma crônica de eventos é transformada em narrativa. (WHITE, 1987, p. 48)



Nesta conexão, vale explorar um pouco o sentido do termo *canonicidade*, empregado anteriormente, a partir de escritos mais recentes propostos por Bruner no campo da psicologia. Trata-se de um pensamento complementar ao dos historiadores citados, e cuja pertinência se presta plenamente à reflexão que vimos traçando até aqui.

Narrativa e Canonicidade

De acordo com Bruner (1990/1997), num modo de vida culturalmente adaptado como o das nossas sociedades, precisamos de significados e conceitos que sejam partilhados no domínio público. Por mais ambíguo ou polissêmico que nos possa parecer um discurso, é preciso que este seja negociado na esfera pública para que se possa interpretá-lo dentro de um determinado padrão cultural, uma estrutura reconhecível, pré-construída. Como aponta o autor, a psicologia popular – a do senso comum, anti-mentalista – é investida de uma canonicidade que põe em relevo o caráter usual e previsível da experiência humana. Quando uma determinada forma de discurso parece se encaixar facilmente dentro de uma esfera de previsibilidade – caso, por exemplo, dos clichês, lugares-comuns, ou narrativas ficcionais altamente padronizadas –, tal estrutura se nos apresenta como naturalizada, quase tácita, diante de mais uma instância que reforça suas normas.

Mas, como sabemos, o discurso também pode (e freqüentemente o faz) nos oferecer um elemento de estranhamento, de incomum ou excepcional, com que se deve lidar no trabalho de interpretação. Ora, aí reside, segundo Bruner, uma característica de adaptação da canonicidade, uma vez que esta dispõe de meios para interpretar o excepcional e o incomum de forma compreensível. Isto é, a cultura equipa seus membros a lidarem simultaneamente com a excepcionalidade e a convencionalidade. Embora a cultura seja apreendida como dotada de um conjunto de normas, ela deve também oferecer um conjunto de procedimentos discursivos (interpretativos) que permita que seus membros interpretem os desvios que insistem em se operar sobre aquelas mesmas normas. E eles o fazem por meio de narrativas.

Nos dizeres do autor, a função de uma história (ou narrativa) é encontrar um estado intencional – entendido aqui como uma crença ou um desejo – “que atenua ou pelo menos torne compreensível um afastamento de um padrão cultural canônico” (BRUNER, 1990/1997, p. 50). Estabelece-se, assim, a verossimilhança, que permite assimilar a mais estranha história dentro dos limites de uma interpretação aceitável.

O autor vai mais além, ao afirmar que uma narrativa vale a pena ser contada justamente na proporção em que esta vai *contra* a expectativa de um roteiro canônico. Enquanto a realidade narrativa nos assegura sobre o que é convencional, costumeiro e legítimo, ela deve, para ser legitimada, mais uma vez, tornar estranho o familiar, invertendo assim o processo de “decodificação” da realidade. Certamente, esses desvios da canonicidade podem eles mesmos ser facilmente assimilados, num movimento previsto pelo próprio sistema. Quer dizer, as reviravoltas ocorridas sobre o senso comum acabam por ser identificáveis (até esperáveis) dentro de uma espécie de cumplicidade entre o contador de histórias e os que “se deixam levar” pela inventividade aparentemente singular daquela narrativa específica. Um exemplo banal disso seria o que ocorre com as telenovelas em que o final feliz, tão “legitimamente antecipado”, sofre um contínuo adiamento pela impossibilidade de os protagonistas românticos da trama ficarem verdadeiramente juntos, ou a de os vilões serem punidos ao longo de toda a intriga (recebendo seu merecido e esperado castigo somente no último capítulo).

A assimilação da peripécia na estrutura da canonicidade, no entanto, não poderia ocorrer totalmente *a priori*, como que prescrita passo a passo em seus desdobramentos. É no ato de *contar* as histórias – ou na *prática discursiva* – que se é possível pressentir a sombra da estrutura canônica que paira por sobre as narrativas. É preciso sempre *encenar* o discurso, enunciá-lo a cada vez, no presente, para que a canonicidade pré-construída seja *testada* em seus limites – limites desde sempre projetados numa idealidade e, portanto, fluidos e em constante movência. Num raciocínio análogo a esse, podemos citar Lyotard, quando nos lembra que:



Aquilo a que as narrativas se referem pode parecer pertencer ao passado, mas na realidade ele é sempre contemporâneo ao ato da recitação. É o ato presente que, em cada uma de suas ocorrências, anuncia a temporalidade efêmera que habita o espaço entre o “eu ouvi” e o “você vai ouvir”. (LYOTARD, 1979/1997, p. 22)

Podemos concluir daí que, num movimento simultaneamente de retenção e avanço, as “mesmas” histórias são contadas e recontadas sob novos formatos – e susceptíveis a novas interpretações –, mas sempre portando consigo uma marca ou resquício do que já prevalecia antes. Mesmo num mundo em que a sensibilidade para as formas genéricas das histórias possa eventualmente ter atingido um grau máximo de auto-reflexividade, “o ‘consolo da narrativa’ pode ser sua própria sensibilidade em relação às normas que mudam”, conforme ainda apontaria Bruner em um momento posterior (1996/2001, p. 137).

Narrativa e Intriga

Outro conceito relacionado à questão da narrativa, e importante para a discussão que se vem desenhando até aqui, é o de *intriga* (ou enredo), tal como o desenvolve Ricoeur nos três tomos de sua obra *Tempo e Narrativa* (1983/1994; 1984/1995; 1985/1997). De acordo com o filósofo, ocorre em qualquer narrativa a combinação, em proporções variáveis, de duas dimensões básicas. Uma delas tem a ver com o aspecto cronológico da narrativa, isto é, sua dimensão episódica. A outra tem a ver com a configuração da narrativa, ou seja, a construção de todos coerentes, ou enredos, a partir de eventos dispersos. É essa segunda dimensão que funda a própria condição da historicidade, uma vez que os eventos só são “dignos de narração” na medida em que possam contribuir para o desenvolvimento de uma trama. Como resultado do trabalho interpretativo do historiador, ou do autor de ficção igualmente, os eventos deixam de ser instâncias únicas e singulares da experiência humana e passam a assumir um caráter estrutural, formador de um espaço de repetição e memória. Esse ponto de vista proposto por Ricoeur é bem resumido por White, quando afirma que:

um evento especificamente histórico não é aquele que se pode inserir numa história onde quer que o escritor queira; ele é antes um tipo de evento que pode “contribuir” para o desenvolvimento de uma intriga. É como se a intriga fosse uma entidade em processo de desenvolvimento anterior à ocorrência de um dado evento qualquer, e qualquer evento pudesse ser investido de historicidade apenas na proporção em que se pode mostrá-lo como contribuindo para esse processo. (WHITE, 1987, p. 51)

Ricoeur vê na narrativa uma função simbolizante de eventos que indica sua historicidade, alçando os acontecimentos de uma simples relação de *estar-no-tempo* para uma dimensão de temporalidade ela própria tecida na forma de uma intriga. A narrativa representa os aspectos do tempo pelos quais fins podem ser ligados a meios e a começos formando uma continuidade dentro de uma diferença. A possibilidade de contemplar essa unidade coerente só se realiza em “retrospecto”, como resultado de um esforço interpretativo, e não como uma estrutura já dada que viria se impor autonomamente sobre os acontecimentos narrados.

Ainda segundo o autor, a historicidade não pode ser representada diretamente, mas sim *indicada* por determinadas narrativas, as quais funcionam como alegorias da experiência de estar-no-tempo na medida em que encenam figurativamente a própria estrutura da temporalidade. E o que mais nos interessa aqui: o raciocínio se aplica não somente ao relato histórico propriamente dito, mas a qualquer estrutura simbólica, incluindo as histórias de caráter mais tradicionalmente ficcional. Isto é, ao relatar um evento histórico ou ao submeter à crença uma determinada narrativa, tanto o historiador quanto o contador de histórias necessariamente *revelam uma intriga*. Uma intriga que media o *acontecido no tempo* e o *estruturado na memória*.

Assim, dentro desse raciocínio, creio que é possível afirmar que quando nos deparamos com uma lenda urbana, podemos lançar sobre ela as mesmas perguntas que poderíamos lançar sobre um relato histórico: que vínculo ela estabelece entre um presente (enunciado, relatado por meio de uma instância única) e um passado (rememorado, constitutivo de uma memória)? E que sentidos “promete” para o futuro em função desse mesmo vínculo? Enfim, em que intriga ela está tecida?



Podemos observar pontos em comum entre as três abordagens teóricas apresentadas até aqui. Primeiro, há em todas elas o entendimento de que a narrativa é um fator simbolizante da experiência humana que se faz presente tanto num relato mais supostamente objetivo e factual da realidade – notadamente o relato histórico – quanto no relato ficcional, lendário ou literário. A narrativa é, assim, um modo de estruturar a experiência e de fazer sentido do mundo que nos cerca. Outro ponto em comum entre as abordagens é a proposta de que há uma certa canonicidade, um arcabouço de narrativas consolidadas sócio-culturalmente, ao qual se pode recorrer para fazer sentido daquilo que não nos parece familiar à primeira vista. Como bem sintetiza White, “aquilo que não pode ser explicado é em princípio possível de ser entendido” e tal entendimento “nada mais é que sua representação [ou simbolização] na forma de uma narrativa” (1987, p. 54). Trata-se de um mecanismo que garante que o estranho seja assimilável, que o *novo* se encaixe em um molde *já-pré-construído*, mas sempre de modo a deslocar uma impossível e nunca concretizável “fixidez absoluta” desse molde.

Assim é que entra em consideração o papel da enunciação, que atualiza o pré-construído em narrativas sempre novas sobre um curso de acontecimentos (históricos ou não) – ou seja, narrativas *únicas* a partir de um *mesmo* histórico. Nesse contexto, situo a afirmação de Ricoeur segundo a qual:

entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, mas sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para a espécie de figura que assimila (*liken*) os acontecimentos relacionados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar para nós.” (RICOEUR, 1985/1997, p. 258)

Mas precisamos ainda avaliar mais especificamente o que tem sido dito sobre lendas urbanas enquanto narrativas. Como as idéias dos autores aqui discutidos se relacionam com o que os estudiosos das lendas têm proposto em relação a essa questão?

Lendas em Narrativa

Ellis (2001, p. 6-12) lança a aparentemente simples questão: uma lenda é uma narrativa? Se considerarmos que uma narrativa é caracterizada por fórmulas convencionais de começo, meio e fim, e que ela simplesmente segue enredos coerentes e convencionalizados, a resposta é não. De fato, a lenda urbana pode ser um desdobramento apenas um pouco mais elaborado de um rumor, ou pode se confundir com uma notícia de jornal curiosa ou inusitada. Ela pode se insinuar dentro de uma conversa circunstancial, ou alguma outra prática discursiva que não se reduza a “contar uma história”.

Revedo estudos recentes que buscam em teorias da narrativa um suporte para o entendimento das lendas, Ellis (op. cit.) aponta para a distinção entre, de um lado, o texto da lenda com todas suas especificidades lingüísticas e em sua dimensão de performance individualizada – o que se denomina, em certa tradição européia, o *sjuzhet* da lenda – e, de outro, uma suposta “estrutura profunda” – ou *fabula* – subjacente à performance individual, a qual remeteria sempre a algum “motif” conhecido, já manifesto em tantos outros textos.

Tal distinção, no entanto, tem se tornado cada vez menos sustentável, à medida em que as noções mesmas de “estrutura profunda” ou “histórias básicas” são postas em questão. Ellis cita, em particular, a reserva expressa pela crítica literária Barbara H. Smith sobre essas noções, que revelar-se-iam mais como artefatos metodológicos de certos folcloristas que tendem a valorizar uma suposta matriz original dos textos em detrimento do caráter material (enunciativo) das performances das lendas. A autora toma como exemplo a história de Cinderela, que há gerações circula em diferentes versões, em diversos lugares do mundo. Procurar “a” versão original e definitiva do conto, argumenta, seria ignorar o fato de que sua versão padrão se submeteu a critérios relacionais específicos, mas *arbitrários*, que se consolidaram dentro de uma dada tradição, por alguma comunidade em particular, com seus valores particulares.



Isso não significa de modo algum que o conceito de narrativa se revele inoperante para fins de estudo das lendas. Ao contrário, como sugere o folclorista europeu Henrik Lassen, se supusermos, a partir de uma perspectiva pragmática, a existência da *narrativa* como um conceito operacional, e usarmos a construção abstrata da estrutura narrativa como um meio viável para identificar aquilo que torna diferentes as versões, variantes e performances individuais das lendas – ao invés de meramente especular sobre os temas compartilhados por essas lendas – “a idéia de estrutura narrativa pode, então, funcionar como um conceito capacitante, uma ferramenta válida e efetiva” (1998 apud ELLIS, 2001, p. 7).

Dessa maneira, Lassen vê na idéia de tradição, de estrutura narrativa, um elemento heurístico-pragmático, isto é, um meio para determinado fim, antes que propriamente uma forma de conhecimento em si mesma. Para ele, a idéia de “iterabilidade” faz sentido apenas na medida em que lança uma luz sobre as características mais ou menos singulares das diversas versões das narrativas. E não o contrário. Sua proposta, portanto, aponta para o *processo* da narração – e não seu conteúdo – como o verdadeiro foco de atenção crítica nos estudos sobre as lendas.

Também está se levando em conta aí, bem entendido, o papel fundamental dos sujeitos que recebem e *interpretam* (visto que produzem, também eles, sentido sobre) as narrativas – sujeitos estes que supostamente compartilham dos interesses e dos pressupostos de sentido da comunidade em que circulam as narrativas. Bird (2002) aponta para a importância de se considerar os anseios e os medos específicos das comunidades em que se transmitem determinadas narrativas, lembrando que aquilo que nos soa inusitado ou inusual não se explica aleatoriamente, mas sim por meio de narrativas que apresentam uma *relevância cultural* para aquelas comunidades. A autora cita W.F.H. Nicolaisen, que, ecoando o pensamento de White sobre a centralidade da narrativa no trabalho de estruturação da experiência, afirma: “[A]s histórias fazem a realidade. Elas mostram que os eventos têm estrutura e não simplesmente seqüência.” (1985 apud BIRD, 2002, p. 528). Assim, como resultado de uma espécie de *impulso para narrar*, os eventos aparentemente aleatórios da

experiência humana são investidos de uma certa estruturalidade que se coloca à disposição de uma cultura como parte de seu repertório discursivo.

Especificamente no caso das lendas urbanas, podemos mobilizar ainda a tese defendida por Lindahl (1996 apud TRUBSHAW, 2002, p. 79-80) de que o papel de intérpretes que os ouvintes (ou leitores) das lendas contemporâneas são instados a assumir é uma condição essencial do processo discursivo das lendas, uma vez que estas são freqüentemente transmitidas sob a forma moderna de “estruturas elípticas de enredo”, isto é, formas fragmentadas de narrar que exigem um alto grau de pressuposição e conhecimento de fórmulas genéricas. Mais que propriamente seu conteúdo, esse grau de interação entre os sujeitos envolvidos na prática discursiva é tido por Lindahl como provavelmente o aspecto mais definidor do gênero.

Ora, as visões de Lassen, Bird e Lindahl estão em certo ponto afinadas com a tese de que é preciso olhar para as lendas como práticas discursivas, instâncias concretas de uso da linguagem por sujeitos sócio-histórico-culturalmente situados – no caso específico, instâncias de transmissão e recepção de lendas contemporâneas por escrito em um meio eletrônico. Trata-se, enfim, de investigar o *processo* (contínuo, sempre em andamento) antes que propriamente o produto (um texto supostamente fechado ou um “núcleo profundo” recuperável pelo trabalho da interpretação).

Cremos, porém, que é preciso, nessa altura da discussão, retomar um pouco a proposta hermenêutica de compreensão da narrativa proposta por Ricoeur e contrastá-la com essa visão mais pragmática da estrutura narrativa – sobretudo em Lassen – para colocar a questão em maior perspectiva. Quando Ricoeur avança a noção de intriga como sendo uma espécie de fio condutor e estruturante da experiência humana, materializável sob a forma de narrativa(s), não parece estar de forma alguma minimizando o elemento *enunciativo* – de acontecimento – dessas narrativas em nome de uma estrutura globalizante. Vimos mesmo como, para esse autor, qualquer forma de relato, inclusive o mais banalmente cronológico, remete *inescapavelmente* a uma historicidade, a um já-dito (já-contado) sem o qual os sujeitos dificilmente fariam sentido de o que quer que fosse. Ao estarmos situados em uma cultura, uma sociedade determinada, somos inevitavelmente atravessados por um



conhecimento dessas formas recebidas de fazer sentido do mundo, às quais só poderíamos ter acesso, em termos concretos, por meio de narrativas, ou seja, histórias *mesmas* que são contadas para nós e que nós contamos a outros ao longo de uma vida, mas sempre, é claro, sob a feição do acontecimento vivo, da narração que fazemos aqui e agora – e, portanto, sempre *diferentemente* – dessas histórias. Em uma reflexão análoga, poderíamos afirmar que, ao contarmos uma história, estamos não somente organizando discursivamente a experiência, mas também “fazendo correlações entre eventos e projetando e atribuindo novos significados para um conjunto de incidentes (reunidos segundo determinados parâmetros de pertinência), para nós mesmos e para os outros” (FABRÍCIO, 2006, p. 206). Estamos, enfim, nos posicionando em relação às expectativas sociais e culturais da comunidade discursiva da qual participamos.

Não se trata, conseqüentemente, de opor forma e conteúdo, substância e matéria, narrado e narrável. Estamos falando de coisas imbricadas, inseparáveis. Um texto ou acontecimento enunciativo irá sempre apontar, no momento mesmo em que se colocar disponível para leitura, sob a égide de uma iterabilidade que o torna histórico. Uma iterabilidade que é estrutural, e não mera repetição. Tal movimento, pressuposto pela idéia de historicidade apresentada por Ricoeur, a propósito, encontra eco no pensamento de Derrida que, ao discutir a relação entre texto, repetição e história, aponta:

... a estrutura de um texto... sua iterabilidade... ao mesmo tempo em que finca raízes na unidade de um contexto, imediatamente abre esse contexto não-saturável para uma recontextualização. Tudo isso é histórico do começo ao fim. A iterabilidade do traço (unicidade, identificação e alteração na repetição) é a condição da historicidade. (DERRIDA, 1992, p. 63)

Em outras palavras, a historicidade se constrói pela possibilidade mesma de repetição das intrigas com que elaboramos a experiência humana em sociedade.

Poderíamos, ainda, lançar mão do pensamento de Taïeb (2001), que julgamos sintetizar a reflexão sobre a relação entre lendas e narrativa que vem se delineando até aqui. Analisando especificamente o rumor e sua persistência na época das

tecnologias eletrônicas, o sociólogo chega à conclusão de que, sendo porosas as fronteiras que distinguem os gêneros narrativos (lendas urbanas, rumores, correntes, *fait divers*), seria mais produtivo e interessante analisar o sistema narrativo que engendra tais gêneros. Para Taïeb, uma narrativa não existe isolada, mas sim dentro de uma *estrutura narrativa* que se prolonga pelo tempo e que é duplamente constituída (op. cit., p. 267).

De um lado, a estrutura indica o *estoque* (ou repertório) de histórias e narrativas disponíveis em uma dada sociedade – incluindo aí filmes, peças, artigos de jornais – as quais dialogam entre si, desmentindo-se, reforçando-se, incorporando-se umas às outras, num jogo de permanente intertextualidade. O envio de correntes mágicas por e-mail, por exemplo, só fará sentido se os interlocutores considerarem tal prática como familiar, isto é, se tiverem sido expostos a outras correntes semelhantes. Também é o caso dos rumores que fazem referência a outros rumores seus contemporâneos ou, mais explicitamente, o caso das paródias de lendas urbanas que circulam na Internet. Só fazem sentido dentro de uma memória compartilhada. De outro lado, essa estrutura narrativa constitui-se no espaço que se abre para que um relato possa evoluir, desdobrar-se, passar de uma modalidade a outra. Assim poder-se-ia explicar como uma determinada narrativa se transmuta, por exemplo, de rumor a notícia, de notícia a lenda urbana, de lenda urbana a obra de ficção, de obra de ficção a paródia, quebrando as barreiras invisíveis que se tentam impor entre os gêneros narrativos. De fato, é possível verificar com frequência que “gêneros inteiros se cruzam e se assimilam entre si, como se formassem um ciclo da palavra que jamais devesse se romper” (TAÏEB 2001, p. 268). Ora, o que temos aqui, então, se não mais uma vez o reforço da noção de prática discursiva, sustentada dialeticamente por movimentos de *arquivamento* – em todas as suas metáforas relacionadas: arcabouço, memória, canonicidade – e movimentos de *atualização* – e também suas metáforas correspondentes: fluxo, corrente, enunciação?



Estrutura *versus* Acontecimento?

Nossa reflexão se encaminha cada vez mais na direção de se considerar a prática discursiva da lenda urbana como possuindo um caráter (sempre) duplamente articulado. Tratemos da investigação, por meio de outros cruzamentos teóricos, dessa dupla articulação, à qual nos referiremos, daqui para diante, como a tensão entre a estrutura e o acontecimento enunciativo.

Como vimos anteriormente, Ricoeur propõe a idéia de intriga como elemento estruturante das narrativas. Ela se constrói sob a forma de acontecimentos que se relacionam entre si de forma tanto a confirmar quanto a deslocar a norma. O autor reformula os postulados epistemológicos implícitos no uso corrente que fazem os historiadores do termo *acontecimento* – isto é, como sinônimo de singularidade e contingência absolutos – buscando salientar aquela conexão primordial que acredita haver entre acontecimento e narrativa por meio da intriga. Os acontecimentos recebem uma inteligibilidade, ou seja, só “fazem sentido” na medida em que contribuem para a progressão da intriga, o que exige um redimensionamento das noções de singularidade e contingência.

Dentro desse raciocínio, Ricoeur defende que as intrigas são ao mesmo tempo singulares e não singulares: narram acontecimentos que só ocorrem nessas intrigas, e que, portanto, não se encaixam automaticamente nos paradigmas disponíveis, mas tendem ao mesmo tempo a armar-se como novos paradigmas, universalizando aqueles acontecimentos que as compõem. Assim, as intrigas combinam ao mesmo tempo desvio e conformidade aos paradigmas. Escreve o autor:

O processo de tessitura da intriga oscila entre a conformidade servil em relação à tradição narrativa e a rebelião em relação a qualquer paradigma recebido. Entre esses dois elementos, estende-se toda a gama das combinações entre sedimentação e invenção. Os acontecimentos, quanto a isso, seguem o destino da intriga. Também eles seguem a regra e quebram a regra, sua gênese oscilando de um lado e do outro do ponto médio da “deformação regrada”. (RICOEUR 1983/1994, p. 295)

O que Ricoeur basicamente propõe nessa discussão é que os acontecimentos, pelo fato mesmo de serem narrados, serão sempre e simultaneamente únicos e típicos, contingentes e previsíveis, desviantes e tributários de paradigmas, quer isso se dê de modo deliberado (por exemplo, numa paródia ou narrativa de teor irônico) ou não (caso das narrativas históricas ou jornalísticas, que, ao buscarem a objetividade no relato dos fatos, acabam por mascarar essa própria articulação). Postular uma cisão entre acontecimento e estrutura como sendo substâncias independentes torna-se, sob o prisma da teoria da narrativa de Ricoeur, uma tarefa pouco produtiva.

E é numa esteira bastante semelhante à desse autor que caminha o pensamento de Sahlins (1985/1990), que identifica em uma certa tradição dos estudos antropológicos e históricos um movimento que tende a isolar determinados *eventos* – marcos, alterações no painel da história e da cultura – e opô-los à *estrutura* – matriz que estabelece o padrão de continuidade da história e da cultura. Ora, tal oposição, julga o autor, revela-se perniciosa pelo simples motivo de que “toda estrutura ou sistema [já] é sempre eventual”, isto é, só se verifica em termos empíricos por meio dos eventos, dos usos particulares que dela fazem os sujeitos sócio-histórico-culturalmente situados. Mais significativa (e talvez um pouco mais difícil de reconhecer), no entanto, é a proposição inversa, segundo a qual “todos os acontecimentos são culturalmente sistemáticos” (SAHLINS, op. cit., p. 190).

Com efeito, um evento é um acontecimento dotado de significância, e enquanto tal, depende da estrutura para produzir seus efeitos. Um evento não pode ser tomado simplesmente como um acontecimento isolado da experiência com o mundo, mas sim em relação à estrutura simbólica que permite que ele apareça e se torne significativo. Ressalta Sahlins:

[A]pesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam. (SAHLINS, 1985/1990, p. 190-1)



Conclui-se daí que não se podem entender os eventos separados de seus valores. Os eventos são sempre interpretados, ou como diria Ricoeur, armados-em-intriga. É assim que uma separação essencialista entre estrutura e evento (acontecimento com significância) se apresenta mais como um ato de vontade, um esforço metodológico, que propriamente uma descrição objetiva da realidade.

E é dessa forma também que Sahlins vê na dinâmica das práticas de agentes situados a própria possibilidade de transformação de categorias e valores culturalmente estabelecidos. Para explicar essa dinâmica, o autor propõe o conceito de estrutura da conjuntura (*structure of the conjuncture*), segundo o qual os sujeitos, embora motivados em suas ações e relações por categorias convencionais recebidas da cultura em que se situam, podem eventualmente re-significar essas categorias, conferindo-lhes novas interpretações e agindo sobre elas de modo não (necessariamente) previsível. Forma-se, assim, um ciclo em que a estrutura se projeta sobre o contexto, que por sua vez, por meio das práticas, realimenta a estrutura, dando-lhe uma nova configuração.

A suposta dicotomia existente entre estrutura e acontecimento viria a ser problematizada mais explicitamente pelas teorias pós-estruturalistas, as quais se propunham a reavaliar o primado da estrutura na base do pensamento lévi-straussiano. Para o estruturalismo, a estrutura preexistiria ao acontecimento: as regras, a gramática e mesmo a ideologia sobredeterminariam os acontecimentos, os quais se constituem como marcações pontuais. A estrutura, assim, ditaria o que o acontecimento significa, ou mesmo se ele é digno ou não de significar (ter significância). A História, por exemplo, tida como uma progressão linear do tempo, configuraria uma estrutura idealizada, invariável e homogênea, uma vez que se a enxerga como reflexo transparente dos fatos da realidade. Os eventos históricos, dessa forma, seriam o próprio modo de acesso à estrutura. Eles, por assim dizer, evidenciariam, ou confirmariam, a estrutura.

Ora, acontecimentos são sempre-já inseridos em uma estrutura. Não há possibilidade de se enxergar um acontecimento sem que esteja necessariamente dentro de uma estrutura. No entanto, quando se atenta para as condições específicas

de produção dos acontecimentos (a história, o contexto amplo) percebe-se como as estruturas são diferentes para as diferentes comunidades interpretativas, isto é, os diferentes agentes que descrevem e constroem a estrutura. O que nos permite concluir que sempre haverá acontecimentos e estruturas, porém o elo entre eles vai depender sempre do local de enunciação a partir do qual se *interpretam* as estruturas. Um mesmo evento é compreendido de diferentes maneiras na medida em que se *situa* em diferentes estruturas de interpretação (uma estrutura científico-racional, por exemplo, em oposição a uma estrutura místico-religiosa).

De qualquer maneira, a ligação entre estrutura e acontecimento permanece sempre no trabalho da significação. O que freqüentemente ocorre é que as diferentes comunidades interpretativas buscam atribuir universalidade às suas próprias estruturas, tratando-as como se fossem a-históricas. As estruturas nunca são a-históricas; elas se modificam constantemente (e potencialmente) a cada ato de re-significação de um determinado evento. Em outras palavras, o evento é sempre capaz de modificar a estrutura, ainda que gere a ilusão de imutabilidade e a-historicidade dessa mesma estrutura.

Como poderíamos antever, encontraremos também nas reflexões sobre linguagem como discurso uma discussão sobre a tensão entre estrutura e acontecimento. Traçamos em seguida uma breve exposição de como ela se deu ao longo da trajetória da Análise do Discurso de linha francesa (AD), de um “primeiro” Foucault a um “último” Pêcheux.

Estrutura e Acontecimento no Discurso

Em seu *A Arqueologia do Saber* (1969/2004, p. 28-32), Foucault busca já identificar como os acontecimentos discursivos, sob a forma de enunciados, possibilitam o surgimento, o estabelecimento e a consolidação de certos objetos de saber em nossas sociedades. Tais acontecimentos discursivos representam o conjunto de todos os enunciados efetivos – tanto os falados quanto os escritos – em sua



instância única de ocorrência irrepitível. Trata-se de descrever esse conjunto finito e limitado de seqüências em sua irrupção histórica, isto é, em sua singularidade eventual cujo significado não se encerra na descrição lingüística de suas propriedades semânticas.

Os acontecimentos discursivos, embora finitos, não são, no entanto, independentes. Estão necessariamente ligados a outros enunciados pelo trabalho histórico do sentido. Os acontecimentos são, de um lado, um gesto único e irrepitível, e, de outro, evidências de uma memória à qual se ligam tanto na direção do passado (o já-dito) quanto do futuro (o devir).

Para esse aspecto Pêcheux (1983/1997) chamou especialmente a atenção ao revisar a influência desse primeiro momento na obra de Foucault dentro da trajetória das teorias de Análise do Discurso (AD) desenvolvidas na França desde o final da década de 1960. Especificamente, a idéia de formação discursiva, tal como havia sido interpretada numa fase inicial daquela disciplina – a saber, o conjunto de enunciados que podem e *devem* ser ditos em determinada configuração discursiva – levava, segundo Pêcheux, a uma certa distorção. Antes de ser tomada dialeticamente como força de filiação e dispersão, a formação discursiva parecia constituir-se como uma verdadeira máquina de assujeitamento voltada à repetição, na medida em que todo acontecimento discursivo tenderia sempre ao apagamento, ou absorção, àquela estrutura. Ciente dessa distorção, Pêcheux propôs recuperar uma visão descontínua de história e discurso, que estivera presente o tempo todo na base do pensamento foucaultiano, para formular uma visão de acontecimento como ruptura, uma espécie de (sempre nova) agitação da estrutura que força esta a (constantemente) se reconfigurar. E é assim que surge a sua freqüentemente citada formulação:

[T]odo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1983/1997, p. 56)

Conclui-se daí que as formações discursivas, enquanto *estruturas*, só podem ser entendidas como configurações heterogêneas – divididas entre a regularidade e a diversidade, a unidade e a diversidade –, uma vez que se remetem necessariamente umas às outras, sendo constituídas, de modo paradoxal, *a partir de seu exterior*. Assim, quando se trata de apreender a dinâmica das estruturas, ou seja, identificar os *acontecimentos* que as materializam em determinadas práticas, é preciso insistir sobre esse caráter irredutivelmente heterogêneo, que “traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabili[ze] a garantia de homogeneidade sócio-histórica de um corpus” (GRIGOLETTO, 2002, p. 31).

De fato, Pêcheux amplia, numa última fase de seu trabalho, a noção de acontecimento discursivo. O acontecimento aparece aí como um princípio organizacional, uma vez que pode ser abordado simultaneamente sob duas perspectivas: no contexto de uma presença/evidência e no espaço de uma memória, por ele retomada e reorganizada. Assim, o acontecimento remete sempre a uma transparência, “um dizer que não poderia ser, naquele momento, senão aquele”, e a uma opacidade, “porque carrega consigo uma série de práticas anteriores que possibilitaram sua eclosão (ou tentaram impedir seu aparecimento)” (DE NARDI, 2004, p. 4-5).

Tais concepções de acontecimento discursivo se aliarão, de certa forma (e ressalvadas as diferenças), à visão enunciativa na linha de Benveniste e Ducrot, que enfatizavam o enunciado em sua singularidade irrepetível. No entanto, conforme aponta Possenti (2004, p. 379), a AD parece ter privilegiado o elemento repetível, estrutural dos acontecimentos, os quais, embora nunca completamente assimiláveis a um efetivamente já-dito, estão sempre sujeitos a inscrever-se numa rede de memória, num trajeto histórico-social que eles contribuem para tecer.

O conceito de memória revela-se, nessa junção, um eixo central para entendermos a tensão entre estrutura e acontecimento (além de estar ligado à própria definição de discursividade). Em um outro texto, ainda de 1983, Pêcheux se dedica a essa questão, apontando para o caráter estruturante da materialidade



discursiva que a memória possui, sendo entendida em uma dialética da repetição e da regularização:

[A] memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1983/1999, p. 52)

O local onde se encontrariam esses pré-construídos não seria, porém, um arquivo imediatamente acessível, como um fundo de memória coletiva permanente, à espera de um resgate. Antes de ser concebida como uma “esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório”, a memória deve ser vista como possuindo um caráter móvel, heterogêneo e não meramente acumulativo, constituindo-se como um “espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, op. cit., p. 56).

Pêcheux acompanha Achard (1983/1999) na hipótese de que a presença da *repetição* em uma seqüência discursiva seria responsável pela formação de um efeito de série a partir do qual se iniciaria uma *regularização*. Estariam aí localizadas, nessa própria regularização, as diversas manifestações do pré-construído: remissões, retomadas, citações, paráfrases, comentários, paródias...

Mas tal regularização, longe de se sedimentar numa edificação sólida e estável, “é sempre susceptível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1983/1999, p. 53). O que isso significa? Que sempre novas séries podem se configurar retrospectivamente, que sempre novos cruzamentos podem ser tecidos a partir da irrupção de novos acontecimentos, o que impede que a regularização se estabeleça de um modo linear e uniforme. Num jogo de forças que visa a manter uma regularização preexistente, os acontecimentos tendem, assim, a ser absorvidos pelo sistema, que, por sua vez, já não pode permanecer idêntico a si mesmo, pelo resultado dos deslocamentos provocados por aqueles mesmos acontecimentos.

Se pensarmos nos acontecimentos discursivos como *paráfrases* sempre novas desse *mesmo* pré-construído, veremos que eles se apresentam como evidências de uma falta, um vazio constitutivamente impreenchível – o que, de resto, caracteriza o próprio trabalho da linguagem como discurso. Isso porque o discurso só se constrói pelo encontro de uma *memória do dizer* – ou seja, o interdiscurso, que é o conjunto do dizível historicamente constituído, exterior e anterior ao sujeito – e uma *atualidade enunciativa* – ou seja, o movimento de dispersão do sujeito no discurso, de seu investimento ideológico sobre o já-dito, sob a forma de novos/repetidos dizeres.

Uma visão que contemple o discurso não só como estrutura, mas também como acontecimento, parece-nos, dessa forma, bastante pertinente para a análise de qualquer gênero discursivo. Ela traz para o centro da discussão, como bem apontam Grigoletto (2002, p. 39-41) e Gregolin (2005, p. 24-7), a possibilidade de vislumbrar nas seqüências discursivas – no caso aqui, os recortes que compõem nosso *corpus* – o primado do interdiscurso, isto é, a incidência dos diversos dizeres regularizados por uma memória minimamente identificável, mas sempre fluida, sujeita aos embates que os acontecimentos discursivos vêm a impor numa totalidade que nunca se encerra. Uma totalidade inatingível, afinal, pois assim o é o próprio trabalho do sujeito com a linguagem.

Considerações Finais

Por serem geradas no seio da vida cotidiana, incorporando elementos que fazem parte desse cotidiano de um modo bastante acessível, e ao mesmo tempo anunciando ameaças novas e impensadas, as lendas urbanas elaboram enredos (intrigas) disponíveis e identificáveis sob a forma de múltiplas combinações narrativas. Isto é, as lendas se inserem na memória das narrativas contemporâneas como possibilidades de *acontecimentos proto-lendários*, não tendo de buscar numa ordem sobrenatural ou declaradamente ficcional o material de que são feitas. Estão,



antes, prontas a re-emergir e a se transmutar, a qualquer momento, como textos que nos narram sobre o “real”.

As lendas urbanas diferenciam-se, assim, da maior parte dos gêneros normalmente associados ao folclore tradicional, nos quais possibilidades de variação e mesmo de verossimilhança parecem mais reduzidas. Verossimilhança, claro, sendo entendida aqui em termos do “efeito de realidade” gerado pela familiaridade com os temas e motivos que povoam as lendas urbanas – contaminação de alimentos, acidentes com produtos da tecnologia moderna, ameaças do estrangeiro, para citar apenas alguns exemplos –, mais do que propriamente pelo conteúdo particular, freqüentemente inacreditável, de cada um dos acontecimentos relatados. Bem ao encontro desse pensamento, evocamos, à guisa de conclusão, as palavras de Renard, que propõe que:

os relatos lendários são o produto de uma dupla determinação, eventual e mítica: os eventos fornecem os pontos de ancoragem no real, a verossimilhança e as causas imediatas da lenda, enquanto que os modelos míticos impõem uma estrutura narrativa e de motivos temáticos, freqüentemente imemoriais. (Renard 1999/2006, p. 84)

Referências bibliográficas:

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido, in: ACHARD, P. (et al.) **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1983/1999.
- BIRD, E. S. It Makes Sense to Us: Cultural Identity in Local Legends of Place, in: **Journal of Contemporary Ethnography**, vol. 31, no.5, pp. 519-547. London: Sage Publications, 2002.
- BRUNVAND, J. H. **Encyclopedia of Urban Legends**. New York: W.W. Norton & Company, 2002.
- BRUNER, J. **Atos de Significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990/1997.
- DE CERTEAU, M. Fazer História, in: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975/1982.
- DE NARDI, F. S. Entre a estrutura e o acontecimento: Uma releitura de Pêcheux e Foucault em busca do sistema, in: www.discurso.ufrgs.br, 2004. Acessado em 13/9/2005.
- DERRIDA, J. **Acts of Literature**. New York e London: Routledge, 1992.
- ELLIS, B. **Aliens, Ghosts, and Rituals – Legends We Live**. Jackson: University Press of Mississippi, 2001.
- FABRÍCIO, B. F. Narrativização da experiência: o triunfo da ordem sobre o acaso, in: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M. e CORACINI, M. J. (orgs.) **Práticas Identitárias – Língua e Discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro e São Paulo: Forense Universitária, 7ª edição, 1969/2004.
- GREGOLIN, M. R. Nas malhas da mídia: Agenciando os gêneros, produzindo sentidos, in: BARONAS, R. L. (org.) **Identidade Cultural e Linguagem**. Cáceres: Unemat Editora; Campinas: Pontes, 2005.
- GRIGOLETTO, M. **A Resistência das Palavras**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.
- LYOTARD, J.-F. **The Postmodern Condition: A Report on Knowledge**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1979/1997.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso - Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2ª edição, 1983/1997.
- _____. Papel da memória, in: ACHARD, P. (et. al.) **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1983/1999.
- POSSENTI, S. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas, in: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à Lingüística - Fundamentos Epistemológicos**. Volume 3. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- QUATROCANTOS.COM. www.quatrocantos.com./LENDAS/INDEX.HTM. Acessado em 2 de outubro de 2008.
- RENARD, J.-B. **Rumeurs et Légendes Urbaines**. Paris: PUF, 3e édition, 1999/2006.
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa - Tomo I**. Campinas: Papirus, 1983/1994.
- _____. **Tempo e Narrativa - Tomo II**. Campinas: Papirus, 1984/1995.
- _____. **Tempo e Narrativa - Tomo III**. Campinas: Papirus, 1985/1997.
- SAHLINS, M. Estrutura e história, in: **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985/1990.
- SNOPE.COM. Urban Legends Reference Page. www.snopes.com. Acessado em 2 de outubro de 2008.
- TAÏEB, E. Persistance de la rumeur - Sociologie des rumeurs électroniques, in: **Réseaux**, Hermès Sciences, n° 106, pp. 233-272, 2001.
- TRUBSHAW, B. **Explore Folklore**. Loughborough: Heart of Albion Press, 2002.
- WHITE, H. **Trópicos do Discurso - Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Edusp, 1978/1994.
- _____. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

Carlos Renato LOPES, Prof. Dr.
Universidade Paulista (UNIP)
carelo@uol.com.br

Nota:

¹ Para mais exemplos e comentários, recomendamos a leitura de Brunvand (2001) e os sites www.quatrocantos.com e www.snopes.com.

